

VALORES PODEM SER EDUCADOS? AVALIAÇÃO DE UMA PROPOSTA EM EDUCAÇÃO MORAL

Solange Maria Beggiato Mezzaroba (UEL)

solmezza@uel.br

Euclides Lunardelli Filho Evagelina Sanches Lima

Conflitos interpessoais na instituição educativa: intervenções, mediação e procedimentos de educação moral

A importância e necessidade da escola desenvolver atividades e práticas de Educação Moral é consenso, atualmente. Porém, como realizá-la concretamente? Em vista disso, propusemos a luz do pensamento de Josep Maria Puig, um trabalho junto a jovens adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social, de uma Instituição de Formação Profissional da cidade de Londrina - PR. Tínhamos como objetivos: 1) ampliar a habilidade de reflexão autônoma para a formação de opinião, tomada de decisão e para a ação no convívio social, respeitando-se os princípios éticos, os direitos individuais e os direitos e deveres relacionados ao exercício da cidadania e 2) avaliar uma proposta em Educação Moral. A metodologia empregada teve como base trabalhos em grupos sendo o diálogo argumentativo/reflexivo instrumentos de referência. Os encontros com os grupos eram semanais e ocorriam em uma sala da Instituição. Os temas eram sugeridos pelos próprios participantes. Os assuntos que emergiram transitavam pelo cotidiano de todos como: sexo, drogas, violência do bairro, separação dos pais, doenças infecto-contagiosas e desemprego. Verificamos como resultado: maior envolvimento do grupo na solução de tarefas; ampliação do repertório de ideias e questionamentos sobre a dinâmica social do grupo e da comunidade em que vivem; ampliação da possibilidade de articulação do grupo para a solução de problemas da comunidade; ampliação da participação efetiva de alguns membros nas tarefas comunitárias extra-grupo. Pudemos concluir que uma proposta desta natureza é viável, porém, tal prática deve ser contínua e configurar-se como meta integrante do processo de formação de jovens.

Palavras-chave: autonomia; educação moral; intervenção.

INTRODUÇÃO

Profundas transformações vêm marcar o presente momento, por um “[...] desencaixe dos sistemas sociais (um fenômeno intimamente vinculado

aos fatores envolvidos na separação tempo-espço) [...]” e pela “[...] ordenação e reordenação reflexiva das relações sociais à luz das contínuas entradas (inputs) de conhecimento, afetando as ações de indivíduos e grupos.” (GIDDENS, 1991, p. 25), tais fatos exigem uma reflexão maior sobre valores e atitudes do indivíduo e da própria sociedade como um todo.

Neste contexto, encontram-se diversos grupos sociais, próximos no espaço, pois convivem juntos nas grandes cidades, e distanciados no tempo, posto que a realidade social e tecnológica existente nessas comunidades diverge de forma aviltante. Falamos aqui, das favelas em contraposição aos condomínios de luxo, das escolas públicas em oposição às particulares, da fome em oposição à opulência e à corrupção. Falamos, ainda, do temor ao surgimento da violência incontrolável vinda dos excluídos do novo tempo e do novo espaço da “pós-modernidade”; ou seja, da violência advinda da falta de dignidade e de educação de valores pertinentes a cada grupo.

Paralelamente, atreladas ou resultantes destes aspectos vemos uma preocupação com o aumento da violência em todos os âmbitos, inclusive ou principalmente nas instituições educacionais. Sendo este fato atribuído a uma possível crise de valores que o mundo ocidental vem sofrendo. Discursos são feitos em prol da necessidade de se retomar a formação ética visando contribuir efetivamente para uma convivência mais tolerante, harmoniosa e solidaria entre os homens.

As condicionalidades de programas sociais instituídos pelo Governo Federal ampliaram consideravelmente o número de estudantes matriculados no Ensino Fundamental. Aliado a isto vemos a implantação dos Programas de Avaliação do Desempenho dos alunos que denunciam que o aumento do contingente de estudantes não foi necessariamente acompanhado pela qualidade do ensino. Os diferentes “índices” e medidas do rendimento escolar são fantasmas que rondam a prática pedagógica fazendo com que haja uma priorização do conteúdo em detrimento de outras questões, entre elas a formação dos valores. Podemos inferir que, diante da diversidade agora presente nas

escolas, gestores e professores não sabem como enfrentar as situações conflituosas com que se deparam no cotidiano escolar, tanto em relação ao conhecimento quanto às relações interpessoais. Vozes e lamentações contrárias são ouvidas: a escola deve formar a mão de obra necessária para o desenvolvimento econômico do país, mas também deve formar cidadãos em valores. É possível conciliar estes aspectos? Vejamos.

A ética e a moralidade congregam questões relacionadas ao conjunto de valores e costumes, que há muito vêm sendo discutidos por filósofos, sociólogos, psicólogos entre outros. Estes debates objetivam encontrar soluções para as os conflitos da vida social e para a falta de dignidade humana de que tratamos acima. Adentramos a um universo desbravado por vários pesquisadores das mais diversas linhas teóricas.

Focalizando o olhar sobre a questão, caberia-nos outras perguntas: Como definir moralidade? O que vem ser a Ética? Como transmitir e/ou ensinar esses valores? A transmissão de valores, por si só, seria suficiente ou também há que se transmitir as habilidades para a reflexão e construção destes valores? Qual a diferença entre moral e a construção da personalidade moral?

A partir destes questionamentos, passaremos a expor uma apresentação resumida das conceituações formuladas por Josep Maria Puig acerca da constituição da personalidade moral autônoma e das estratégias para transmitir os valores morais.

Puig (1998), ao definir a “moral” como “sistema de regras que o indivíduo deve respeitar”, faz várias reflexões acerca da **educação moral** e discute em que medida esta erra ou acerta, para o estabelecimento da formação moral dos indivíduos inseridos na sociedade. O autor traz uma visão humanista e construtivista em detrimento do que o determinismo propõe para o aprendizado das crianças nas idades iniciais. Para ele, o humano “decide” o que aprender e o sentido que dará a sua aprendizagem, entretanto, este deve ser conduzido à construção da moralidade, que culmina com a auto-regulação dos

comportamentos próprios, tornando possível uma convivência social ótima e uma vida pessoal desejável.

Seguidor de Kohlberg, Puig formula e sistematiza os requisitos para o trabalho da construção da moralidade, ou personalidade moral, e a inter-relação entre eles, conforme pode ser observado no esquema abaixo (figura 1).

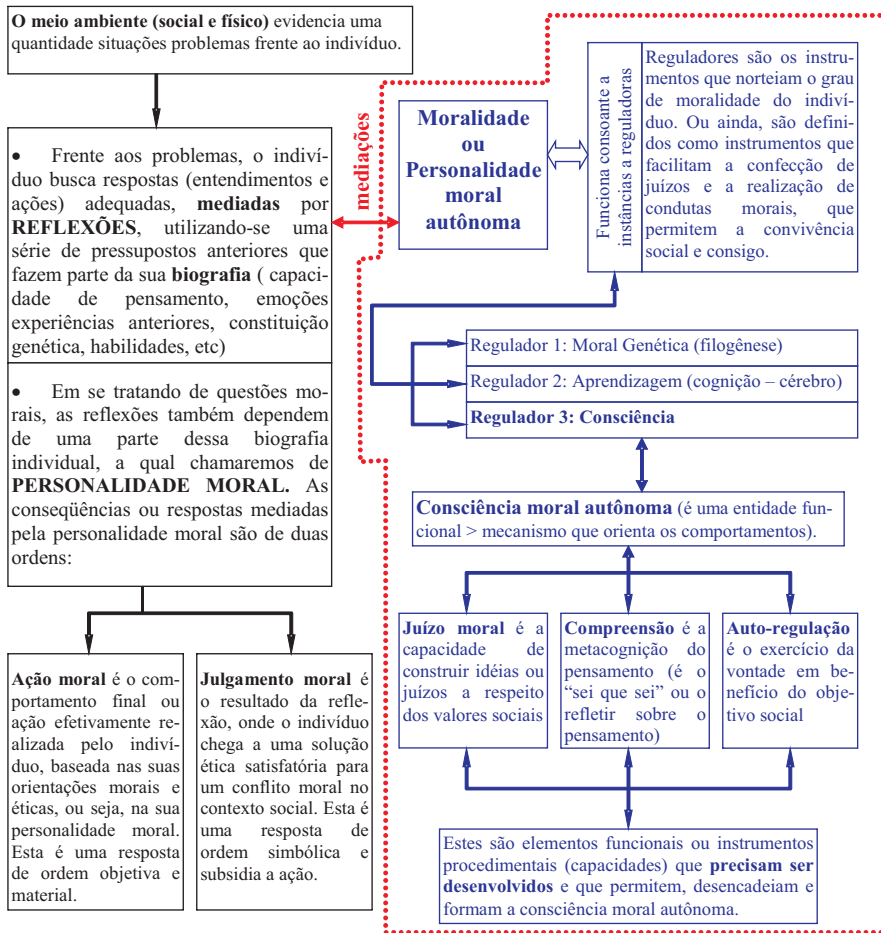


Figura 1: Esquema representativo da Teoria de Puig (1998).

Podemos ver no esquema que a Consciência Moral Autônoma é constituída de instrumentos procedimentais, quais sejam: Juízo Moral, Compreensão e Auto-regulação. São ditos instrumentos procedimentais, pois são recursos que organizam e dirigem os comportamentos ou ações do ser humano.

O Juízo Moral é a faculdade que permite que sejam formadas opiniões racionais sobre o que “deve ser”, o bom. Não se trata de discutir valores, mas sim de formar posições e juízos sobre o correto. Resulta da reflexão lógica, do conceito de justiça, da situação ideal de diálogo (definida por Habermas), da imparcialidade, e é usado em situações complexas de conflito.

A Compreensão aqui referida é a concretização e o uso das regras tidas como “universais” mínimas, aplicadas a cada situação de conflito social. Ela parte das pre-concepções morais anteriores, historicamente construídas, também chamadas de “guias de valores”, analisa-as buscando esclarecer em que medida essas pre-concepções (referindo-se aqui, aos conceitos morais já construídos numa cultura) dificultam uma compreensão correta das novas questões oferecidas pela realidade e, assim, operar uma síntese que reconstrua o novo valor ou verdade.

Auto regulação é o esforço de auto-direção, de dirigir a própria conduta de modo a permitir coerência entre o julgamento e a ação moral, e de permitir, também, a construção de um modo de ser realmente desejado. É a vertente prática da moralidade. É a construção de formas de vida concretas que vinculem o juízo moral e a compreensão, as condutas e a forma de ser. É uma obra da “vontade” para dar coerência entre, como já foi dito, o julgamento moral e a ação moral, lembrando-se sempre da diferença entre juízo e julgamento moral: enquanto o primeiro é a capacidade de **pensar moralmente sobre (...)**, o segundo significa a **o que se pensou acerca de (...)**.

Dentre algumas características que se relacionam aos instrumentos acima, ressalta-se a importância da **EMOTIVIDADE**. Esta se encontra na base de todos os procedimentos morais. Emoções e sentimentos são o motor

anterior de todas as reflexões e ações morais. A fundamentação de tal afirmação, qual seja, a de que a emoção está na base do mecanismo de construção da personalidade moral autônoma, encontra-se no fato de que a primeira permite que nos coloquemos no lugar do outro (empatia) para inferir o que sente. A dor, a culpa, a humilhação, a indignação, piedade, benevolência, solidariedade são algumas das emoções que estão na base do processo de formação do juízo moral e da compreensão, e que constituirão os elementos da personalidade moral.

Pautados nos conteúdos citados, há que se conceber que a formação da moralidade a partir de atividades organizadas nas instituições de ensino, deve considerar a informação, sem menosprezar a emotividade que permeia as relações dialógicas e, ainda, valorizando a intersubjetividade e o humano.

Isto posto, pode-se dizer que a personalidade moral autônoma é constituída a partir de ferramentas ou instrumentos procedimentais, valores (guias de valor) pessoais e institucionais e cultura/história, tudo isso, transmitido pelas mãos de um habilidoso educador.

Em ambiente extremamente carente a probabilidade pode ser baixa de se encontrar famílias e educadores com a formação necessária para fazer a transmissão dos valores morais bem como para ensinar os instrumentos necessários à reflexão para a moralidade. A partir dessa realidade os conflitos sociais pela qual estamos passando podem ser conseqüência e justifica para a existência de instituições assistenciais que visam suprir a falta da família e do estado no atendimento a essa área. Portando, nesse contexto, o presente trabalho justifica-se como instrumento para auxiliar instituições a promover a aquisição de habilidades necessárias ao desenvolvimento da moralidade, principalmente junto à população de cidadãos que vivem a margem dos recursos sociais modernos, tais com moradia, educação de qualidade, saúde, etc.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

O presente projeto teve por objetivo 1) ampliar a habilidade de reflexão autônoma para a formação de opinião, tomada de decisão e para a ação no convívio social, respeitando-se os princípios éticos, os direitos individuais e os direitos e deveres relacionados ao exercício da cidadania e 2) avaliar uma proposta em Educação Moral.

Objetivos Específicos

Como objetivos específicos foram estabelecidos: a) Identificar temas de maior interesse para serem trabalhados pelos adolescentes integrantes do grupo; 2) Relacionar suas necessidades para a problematização dos temas e as possíveis soluções dentro de preceitos morais que apontassem para o bom convívio social; 3) Refletir acerca do papel das regras, normas e das leis no processo de constituição dos vínculos sociais, agindo com autonomia; 4) Capacitar os indivíduos a exercerem suas ações, buscando a plenitude da sua cidadania; 5) Proporcionar meios para que os membros do grupo desenvolvam habilidades para lidar com situações de conflito, sem desprezar as regras sociais; 6) Implementar a formação de capacidades pessoais de julgamento, compreensão e auto-regulação, que permitirão enfrentamento autônomo e construtivo dos conflitos pertinentes à vida em sociedade.

METODOLOGIA

População atendida

Inscreveram-se no projeto, por interesse próprio, 16 adolescentes, com idades entre 14 e 18 anos, todos matriculados em cursos profissionalizantes ofertados pela instituição.

Local

Os encontros foram realizados em uma sala de reuniões, dentro da própria escola profissionalizante.

Materiais

Foram utilizados para os trabalhos, diversos tipos de materiais escolares destinados a produção de material gráfico (desenhos, colagens, confecção de cartazes, etc), TV e vídeo, rádio e aparelho para CD, Estatuto da Criança e do Adolescente, Cópia da Declaração Internacional dos Direitos Humanos, entre outros.

Procedimentos

a) Constituição do grupo: os grupos foram constituídos por adolescentes voluntários e alguns encaminhados pela direção da Escola; b) A frequência dos encontros era semanal; c) No primeiro encontro fizemos um levantamento de temas que os participantes gostariam de abordar, com a finalidade de planejar as intervenções dentro dos interesses do grupo e mais próximo da realidade dos integrantes.

A fim de atingir os objetivos propostos, foram utilizadas as seguintes estratégias:

- Vivências e exercícios de expressividade emocional;
- exercícios de role-playing e role-taking;
- discussão de dilemas morais;
- exercícios de compreensão crítica de questões éticas e morais;
- confrontação e análise de valores;
- diálogos a partir de textos;
- análise e debates a partir de filmes e documentários;
- palestras.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No início o grupo tinha 16 adolescentes inscritos. Ao final dos trabalhos, restaram 8 participantes. Ao todo foram 23 encontros e a média de participação foi de 8,9 adolescentes por encontro. As razões para a desistência de cada participante foram discutidas no grupo, sendo que maior índice (3 alunos) esteve relacionado a assumir outra atividade no mesmo horário e, em segundo lugar, os alunos que deixaram a escola porque já estavam formados e arrumaram algum tipo de emprego (2 alunos). Os outros motivos estiveram relacionados a um provável desinteresse pelas atividades.

No primeiro encontro, estabelecemos em parceria com os integrantes, o contrato para a participação no grupo e também fizemos um levantamento dos temas que gostariam de discutir ao longo do trabalho. O contrato baseou-se, fundamentalmente, no sigilo e no respeito mútuo entre os participantes. Deixamos claro que os assuntos tratados deveriam ficar no grupo para que nenhum participante se sentisse constrangido sendo o compromisso assumido por todos, inclusive nós os coordenadores, especificando claramente que nenhuma informação ali tratada seria transmitida à instituição sem o conhecimento e aprovação do grupo.

Os temas sugeridos, em ordem de prioridade, foram: drogas, violência policial, sexo e sexualidade, política, o que o mundo pode “nos” oferecer, e escolha profissional. A partir deles planejamos os encontros. Inicialmente foram propostas vivências que visavam a integração, o reconhecimento interpessoal, o estímulo a participação e o desenvolvimento de confiança entre alunos e entre alunos e os membros da equipe. Os encontros que se seguiram, geralmente, também começavam com alguma dinâmica de integração, para, em seguida, iniciarem-se os temas, propriamente ditos.

Alguns temas exigiram dos coordenadores uma explanação de tópicos informativos, visto que a comunidade mostrou-se muito carente nessa área.

Assim foi com os temas relacionados à sexualidade, à atuação profissional e à política. Os jovens evidenciaram uma série de desconhecimentos relacionados ao seu próprio corpo, às profissões, bem como, os relacionados ao sistema de funcionamento sócio-político da nação. Como decorrência, providenciamos informações objetivas antes de adentrarmos às discussões.

A construção da confiança entre os integrantes, alunos e coordenadores, foi algo que aconteceu, não sem certa dificuldade. A população trabalhada mostrou-se inerentemente desconfiada nas relações, acreditamos que em função do próprio ambiente rústico, carente e agressivo em que se desenvolveram. Logo, a franqueza, a verdade, a constância nos compromissos assumidos foram características da equipe, das quais não se pôde prescindir sob o risco, de que todo o trabalho fracassasse em seus objetivos.

A partir das discussões e das vivências, tivemos contato com partes uniformes da realidade do grupo. Com uniforme queremos dizer, algo que fazia parte da vida da maioria dos integrantes, e que, dentre outras coisas, caracterizavam-se por:

- A droga está presente, de forma muito próxima e contundente, na vida dos adolescentes. 50% deles, ou eram usuários, ou já haviam feito uso freqüente de algum tipo de droga ilegal;
- Nos ambientes onde moram e estudam, esses jovens convivem constantemente com o crime relacionado ao tráfico, com a violência e com o alto risco que esse meio traz;
- A ação policial é vista como arbitrária, violenta e injusta por todos os jovens, de forma que, para eles, a instituição não existe como sendo para a segurança, mas sim, para agredir pessoas pobres;
- Há extrema desinformação em todos os âmbitos, e, fundamentalmente, as relacionadas aos temas: sexualidade, política, formas de convívio social, realidades das profissões que exigem formação universitária e empatia.

- A carência material é enorme e parece justificar condutas menos éticas, pela simples razão desta não ser adaptativa em ambientes tão agressivos e carentes. As respostas agressivas dessa população, em relação à sociedade mais rica, parece ser uma resposta à exclusão que os primeiros sofrem.

Via de regra, os encontros possibilitaram trocas de informação, exposição dos pontos de vista dos membros, diálogos para a construção do raciocínio do julgamento moral, construção de regras de convívio, auto-regulação para a realização de tarefas em grupo e a experiência de um convívio solidário.

A título de exemplo de auto-regulação, enfatizamos que as medidas disciplinares necessárias ao desempenho das atividades do grupo, foram definidas pelo próprio, e, como resultado, tivemos um saldo positivo: as regras foram seguidas em maior proporção do que desrespeitadas. Esse pronto seguimento às medidas disciplinares também seguiu uma evolução cronológica, ou seja, quanto mais trabalhávamos, mais o grupo ia assumindo a responsabilidade pelas normas e as respeitavam mais.

A possibilidade de expressão e a valorização das opiniões proporcionadas pela equipe tiveram como efeito flagrante, a desinibição dos alunos em relação a se expor no grupo.

Em decorrência dos debates, leitura da “Carta dos direitos humanos” e do “Estatuto da criança e do adolescente” e da realização de vivências, o grupo chegou a várias construções de julgamentos para possíveis atuações que poderiam melhorar o meio em que vivem. Dentre essas construções, destacaram-se:

- Os jovens e moradores dos bairros da região deveriam unir-se (unir forças) para enfrentar as injustiças praticadas pela polícia. O grupo resolveu abandonar as idéias de submissão aos policiais, bem como, a expectativa de vinganças individuais, tendo concluído que a ação conjunta e dentro da lei era mais eficaz e de menor risco;

- As desigualdades sociais deveriam ser enfrentadas. A forma de enfrentamento proposta foi a união das associações de moradores para reivindicar melhores condições no ensino público. Essa ação visaria ampliar as chances da população carente para conseguir vagas na universidade e melhores empregos;
- Os políticos corruptos deveriam ser combatidos e a população deveria aprender a não direcionar seus votos em troca de favores pessoais;
- Os indivíduos deveriam cuidar da sua imagem pessoal e promovê-la dentro das regras e leis que a sociedade constrói. A questão do sexo, da gravidez deveria ser discutida com mais responsabilidade;
- *As drogas realmente prejudicam e deveriam ser combatidas.* “Os traficantes usufruem da ignorância das pessoas, principalmente jovens, para enriquecerem. São como políticos corruptos”;
- A discriminação aos homossexuais e negros e outras minorias deveriam ser combatida com a educação. Deveria haver respeito às diferenças;
- Deveria haver respeito ao direito de expressão. Os jovens reconheceram a grave repressão a esse direito ocorrida fundamentalmente dentro de suas próprias famílias;
- Outras discussões, como as que eles participaram, deveriam ser promovidas com mais frequência para conscientizar outras pessoas dos problemas sociais;

Outra decorrência do trabalho foi a generalização dos comportamentos que aconteciam no grupo para fora dos portões da instituição, fato este corroborado pelo relato de dois jovens que não costumavam se expressar em suas escolas regulares, e, em meio ao período das nossas atividades, eles apresentaram trabalhos escolares criticando políticas injustas e a falta de cidadania. Estes trabalhos foram elogiados pelas escolas e divulgados no nosso grupo. O entusiasmo pela participação e reconhecimento sociais foi notório e elogiado por todos do grupo.

Até esse momento da explanação, os resultados já demonstram evidências do plantio das três sementes em solo fértil, cujo conteúdo foi objetivo desse projeto. Os adolescentes desenvolveram instrumental suficiente para dar continuidade ao desenvolvimento dos três quesitos fundamentais na construção da personalidade moral autônoma. Foram eles: o juízo moral (possibilidade de raciocinar moralmente), a consciência (possibilidade de pensar sobre os seus pensamentos morais para reformulá-los ou mantê-los) e a auto-regulação (desenvolvimento da vontade). A prova clara do desenvolvimento pessoal dos adolescentes não esteve representada somente pela apresentação dos dois trabalhos escolares relatados no parágrafo anterior. Não foram poucas as oportunidades presenciadas dentro das atividades do grupo, em que os alunos demonstraram refinada capacidade de julgamentos e ações morais.

Chamamos especial atenção para o salto qualitativo representado pela ação. Para agir o indivíduo necessita implementar o “exercício da vontade”. Esse é o último ato e também o mais complexo na cadeia da moralidade, pois, necessita da adequada construção do julgamento moral, seguida do combate (auto-regulação) à todos os impulsos individualistas inerentes ao homem, para, então, culminar em uma ação altruísta, cujo objetivo é aprimorar a sociedade. Foi isso o que vimos com o “exercício de vontade” desses dois jovens, que realizaram um esforço no sentido de pensar, construir julgamentos e divulgar para todos em suas escolas.

Outra ação, nascida da iniciativa dos participantes, foi a divulgação dos temas tratados e das conclusões que os jovens chegaram durante o ano. Embora, ao final, fossem somente oito, estavam realmente entusiasmados para apresentar suas construções de pensamentos aos outros alunos da Instituição, e assim procederam. Alguns encontros foram destinados à pesquisa e à preparação de cartazes. Os temas selecionados foram: drogas, violência policial e política. Após quatro semanas de preparação, os alunos apresentaram os temas em todas as salas da escola profissionalizante, no período vespertino, demonstrando extrema preocupação com a transmissão adequada dos conteúdos

e de sua relevância. O evento denotou a consolidação de certos valores morais e a preocupação social que os alunos desenvolveram durante o processo.

CONCLUSÃO

Partindo do pressuposto de Piaget que o pleno desenvolvimento da personalidade decorre do “*conjunto dos relacionamentos afetivos, sociais e morais que constituem a vida da escola...*”, supomos que a interação entre a equipe e os alunos foi relevante contribuição na formação da autonomia moral e ética destes.

No início e planejamento dos trabalhos a equipe se perguntava como se daria a transmissão de valores, e se estes podem ser atingidos somente pela razão. Na prática, contudo, nos defrontamos com algo diferente. Basta observar a nossa volta, onde encontramos pessoas com refinado grau de consciência de ordem social e de necessidade de condutas que respeitem o outro, e, no entanto, muitas dessas pessoas não agem de forma coerente com o seu raciocínio moral. Essa observação nos permitiu deduzir, que o simples conhecimento dos valores, somado ao raciocínio autônomo não são suficientes para a vivência de ações morais e éticas. O “algo mais” necessário parece ser o aprendizado através da vivência de situações concretas, com todas as suas conotações emocionais e motivacionais, para que os envolvidos experimentem o significado das ações morais dentro do grupo. Portanto, uma das tônicas que nortearam esse trabalho, foi a de estabelecer vínculos que possibilitassem um convívio baseado na confiança, na reciprocidade, na fidelidade, valorizando a experiência, ao lado do diálogo e da informação.

As diretrizes do trabalho fundaram-se em atividades de ensino que privilegiavam uma convivência respeitosa e afetiva. Contudo, como em todo processo dialético de ensino-aprendizagem, as conquistas suplantaram os objetivos iniciais, ao proporcionarem à equipe um engrandecimento profissional, moral e humano.

Acreditamos, ainda, que esse tipo de trabalho deve ter lugar garantido e protegido, para que todos possa se apropriar das construções sócio-históricas a que têm direito e que só podem ser transmitidas através de um processo educativo digno. A ratificar o exposto, deixamos as belas palavras de Paulo Freire: “ ‘– A natureza (ética do homem) que a ontologia cuida se gesta socialmente na História.’ – esta afirmação nos faz refletir a importância da educação e da participação dos seus sujeitos, educando e educador, na construção dos valores sociais. O homem tem uma ética construída historicamente que só permanece em nosso meio através da educação.” (FREIRE, 1996).

REFERÊNCIAS

BIAGGIO, Â. M. B. Introdução a teoria de julgamento moral de Kohlberg. In: NUNES, Maria Lúcia Tiellet (Org.). **Moral & TV**. Porto Alegre: Evangraf, 1998. pp. 29-63.

BZUNECK, J. A. **Desenvolvimento Moral**: avaliação dos estágios kohlbergianos em crianças e adolescentes de Londrina. (Dissertação de Mestrado). São Paulo, 1975.

FREITAG, B. **Itinerários de Antígona**: a questão da moralidade. São Paulo: Papirus, 1992. pp. 191-229.

GIDDENS, A. **As conseqüências da Modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

HARTMANN, K. O que é a ética e o que pretende? **O mundo da saúde**. Ano 23, v.23, n. 5. São Paulo: set/out, 1999.

PIAGET, J. **Para onde vai a educação?** Tradução de Ivete Braga. 10.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

PUIG, J. M. **A construção da personalidade moral**. São Paulo: Ática, 1998.
_____. **Ética e Valores**: Método para um ensino transversal. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BZUNECK, J. A. **Julgamento moral de adolescentes delinquentes e não-delinquentes em relação com ausência paterna.** (Tese de Doutorado). Doutorado em Psicologia, USP, São Paulo, 1979. pp. 1-28; 70-90.

KEUNECKE, C. M; BARDAGI, M. P.; BIAGGIO, Â. M. B. Desenvolvimento moral e estudantes de ciência jurídicas e juizes de direito. **Psicologia: Reflexão e crítica.** v.07, n.01. Porto Alegre: 1994. pp.15-28.

MOURA, E. P. G. A Psicologia (e os psicólogos) que temos e a Psicologia que queremos: reflexões à partir das propostas de diretrizes curriculares (MEC/ SESU) para os cursos de graduação em Psicologia. **Psicologia, Ciência e Profissão**, 1999, 19 (2), pp. 10-19.

PUIG, J. M.; XUS, M. G. **As sete competências básicas para educar em valores.** São Paulo: Summus, 2010.

TONEGNETTA, L. R. P. (org). **Virtudes e educação:** o desafio da modernidade. Campinas: Mercado das Letras, 2007.

Proposta de Diretrizes Curriculares para o ensino básico. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Superior/Comissão de Especialistas em Ensino de Psicologia, 1999.

Texto da Nova LDB Sancionada em 20/12/96. Lei nº 9.394. **A nova lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas.** pp. 163-188.